

Ata da 2ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Pesca 09/03/2017

Aos nove dias do mês de março de 2017, reuniram-se no auditório principal da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, em Florianópolis, os membros da Câmara Setorial da Pesca, em reunião ordinária. O Coordenador da Câmara, Prof. Roberto Wahrlich (Univali) abriu a reunião apresentando a pauta, mencionando solicitações de alteração da ordem de discussão dos itens por membros da Câmara, sugerindo que a sequência fosse mantida, tendo em vista que os primeiros itens seriam breves e não haveria prejuízos na discussão do item ordenamento da tainha, o que foi aceito por todos. Passou-se à discussão do Regimento Interno da Câmara a partir de uma minuta originalmente elaborada em 2006 que foi recuperada e enviada previamente a esta reunião para os membros da Câmara. O Representante do ICMBIO, Walter Steenbock questionou o papel da Câmara e se a mesma tem papel de conselho, e qual a lei especifica para isso. O Coordenador Roberto Wahrlich apresentou as atribuições do Conselho de Desenvolvimento Rural e as interfaces com a Câmara da Pesca. O representante do SINPESCASUL Konstantinos Meintanis questionou até que ponto a Câmara tem poder de intervir ou barrar decisões relacionadas ao ordenamento pesqueiro. Roberto explicou que no presente não, mas a intenção é fortalecer a Câmara para que a mesma possa ter um papel de interlocutora juntos aos órgãos competentes. Foram realizadas várias contribuições para o Regimento Interno da Câmara, ficando acertado que as modificações serão enviadas para avaliação de todos em 3 versões (original, rascunho da reunião e versão modificada) e caso haja contribuições deverão ser encaminhadas no prazo de dez dias após o envio, com prazo de mais dez dias para aprovação final. O próximo item discutido foi a Lei Municipal da Prefeitura de Florianópolis 9414/2013 que proíbe a pesca de isca viva no Município. O Secretário da Câmara, Sérgio Winckler da Costa, informou que não foi possível acessar o Processo original na Câmara de Vereadores em função das discussões do pacote de reformas apresentados pelo Prefeito no início do ano. Se comprometeu a buscar o mesmo o mais breve possível. Roberto lembrou que na reunião extraordinária da Câmara em janeiro último que o Ibama demonstrou desconhecimento desta lei e a Polícia Ambiental, não autuou embarcação denunciada. Foi sugerido pelo representante do ICMBIO que seja feito um contato com o MPF sobre a criação

destas leis para se evitar jurisprudências. Seguiu-se a reunião com a apresentação das demandas enviadas pelos membros da Câmara, as quais foram organizadas em uma tabela pelo Coordenador (anexo). Foi levantado pelo representante da Epagri, Everton Della Giustina a inclusão do ordenamento da pesca do camarão sete barbas como demanda da região norte do estado. Sobre as demandas, Roberto propôs que fosse dado mais tempo para o envio das demandas, sugerindo que a Epagri levante junto aos extensionistas as demandas locais, principalmente demandas referentes ao ordenamento pesqueiro. Ficou definido um prazo de mais 30 dias para o envio das demandas, as quais posteriormente serão classificadas e avaliadas se a Câmara terá condições de atuar na busca de soluções para as mesmas. Roberto se propôs a atualizar e encaminhar um levantamento da legislação elaborado pela Univiali, num prazo de 15 dias. Passou-se para o item 5 da pauta, criação de grupo de trabalho de apoio a CTGP (Comissão Técnica de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros), ou Comitê Estadual de Gestão Compartilhada. Roberto relatou que em de 2014 foi elaborada uma minuta de Portaria prevendo a formação de grupos estaduais de gestão compartilhada. Também foi relatado que a INI 12/2012, ordenamento da pesca de emalhe no sudeste/sul, no seu artigo 19 previa a criação de grupos de trabalho para assessorar na definição de medidas e regras de ordenamento da pesca de emalhe de fundo nessas regiões, o que não ocorreu. O representante do SINDIPI, Marco Bailon informou que o sindicato entrou com uma ação contra os artigos 20 e 21 desta portaria em função da não formação destes grupos de trabalho. Na reunião do CPG Pelágicos de fevereiro de 2017 foi informado que as regras para formação dos Comitês Estaduais seriam discutidas na reunião do CTGP. Discutiu-se a necessidade de fortalecer o trabalho da Câmara com a elaboração de propostas para subsidiar as esferas políticas. Roberto sugere que seja encaminhada demanda para o CD Rural, levando as necessidades relacionadas ao ordenamento da pesca mesmo as que sejam de competência federal. Walter (ICMBIO) sugere criar um esforço qualificado para atuar politicamente. Bailon (SINDIPI) comentou que o CTGP não tem estrutura e condições de definir as normas, existe a necessidade de discutir e elaborar propostas no âmbito estadual para enviar para lá. Foi comentado pelos membros a existência de vários fóruns locais que vem

atuando na busca de soluções para problemas da pesca, a exemplo da Baía da Babitonga, Baía Norte e Complexo Lagunar e que o MPF tem demandado o ICMBIO sobre essas questões. Foi solicitado ao ICMBIO o repasse de informações sobre esses fóruns locais para a tentativa de aproximação da Câmara Setorial com os seus representantes. Foi sugerido um contato com o MPF para informar da existência da Câmara Setorial da Pesca e os seus objetivos. Neste sentido, foi proposto que seja elaborado um documento padrão que descreva a Câmara e seja enviado ou entregue para o MPF, Comissão da Pesca da Câmara, Bancada Federal de Santa Catarina e Prefeituras Municipais. A seguir passou-se para o último item da pauta, o ordenamento da pesca da tainha. Roberto falou sobre a reunião extraordinária para discutir a safra da tainha de 2017, onde foram levantadas sugestões para definição dos critérios de acesso e encaminhadas ao CPG Pelágicos. Bailon (SINDIPI) relatou que na reunião extraordinária da Câmara Setorial foi aprovada a proposta de cotas e enviada ao CPG, a qual não foi encaminhada ao Sub Comitê Científico, o qual simplesmente analisou proposta de alteração da INI 4/2015 para aplicação na safra 2017, seguindo restrições previstas pelo Plano de Gestão da Tainha. Fez um relato da reunião da CPG, classificando-a como lamentável. Relatou que o SINDIPI solicitou a gravação, a ata da reunião e as decisões da reunião do CTGP via CONEPE, não tendo sido atendido até aquele momento. Relatou também que a OCENA enviou ofícios de protestos à condução do CPG Pelágicos para o Ministério do Meio Ambiente e para o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, os quais foram lidos na reunião. Roberto solicitou que estes ofícios fossem anexados a Ata da reunião. Bailon (SINDIPI) questionou se a Câmara Setorial não deveria fazer uma moção de apoio às manifestações da OCEANA. Agostinho Peruzzo (Câmara da Pesca da FIESC) sugere que o repúdio deva ficar registrado em Ata. O representante do ICMBIO relatou que as cotas tem sido discutidas no CEPSUL e manifestou que existe uma preocupação em função do estudo da apresentado pela OCEANA propõe limites de captura mas não propõe estrutura de distribuição desta cota. Segundo ele, isto seria difícil de implementar a curto prazo. Informou que o ICMBIO não apoiaria uma moção de apoio a carta da OCEANA. Reforçou que não são favoráveis a aplicação de cotas na safra de 2017. Bailon (SINDIPI) insistiu na possibilidade dos critérios

serem definidos a partir da aprovação das cotas, buscando uma quebra de paradigma. Paulo Ricardo Pezzuto (Univali) mencionou que o sub comitê científico não teria papel de definir como seria repartida a cota, tendo o papel de definir o quanto poderia ser capturado. Agnaldo Santos (SINDIPI) explanou sobre a elaboração da Portaria Ibama 171 em 2008, cujos números de embarcações de cerco a serem autorizadas teriam sido definidos aleatoriamente. Roberto relatou reunião promovida pela OCANA em julho/2016 com vários cientistas que fazem parte do Subcomitê Científico do CPG-Pelágicos, onde foi apresentado o estudo de avaliação do estoque da tainha e discutida o estabelecimento de cotas de captura, a qual infelizmente, não foi aproveitada pelos representantes do Governo que estavam presentes. Pezzuto (Univali) mencionou a dificuldade técnica para o monitoramento em tempo real da pescaria para o controle de cotas. Isso é difícil porém poderia ser contornado definindo cientificamente a expectativa de captura por embarcações e, a partir desse valor e do volume máximo permissível, estabelecendo um controle de esforço da pescaria melhor embasado.. Roberto lembra que a OCEANA apresentou proposta de definição de cotas com o controle via SIG SIF. Perguntou-se qual o posicionamento da Câmara Setorial quanto a próxima safra da tainha. Agnaldo (SINDIPI) relata que os pescadores profissionais defendem os estudos de dimensionamento da biomassa para a definição das cotas. Bailon (SINDIPI) sugere que cada instituição que participou da reunião do CPG faça uma manifestação individual contestando os procedimentos do CPG a sua forma de atuação assim como do Sub Comitê Científico (SCC). Considerando os relatos da problemática do CPG e do SCC para a safra da tainha de 2017, a Câmara corrobora com essa proposta e solicita que essas manifestações sejam enviadas com cópia para mesma para auxiliar nos argumentos em favor da criação do Grupo de Gestão em Santa Catarina. Ao final da reunião, foi proposto que a próxima reunião ordinária seja realizada no próximo dia 27 de abril.